



Cardoso aponta "convivência"

Dirceu Cardoso repudia ação dos lobistas

O presidente da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), justificou sua recusa em assinar o relatório final, na semana passada, como um ato de repúdio às constantes interferências promovidas pelo lobby dos especuladores imobiliários. Ele acusou de convivência parlamentares integrantes da subcomissão, diretamente ligados a grupos econômicos, citando, entre outros, Paulo Zarzur, Luiz Roberto Ponte, Sérgio Naya e o próprio relator, deputado José Ulisses de Oliveira.

«Este é um relatório inconsistente, impertinente, primário e pobre», desabafou o presidente, ao frisar que ele é «simplório ao se atentar como texto constitucional, mas esperto no ponto de vista de garantir os lucros desses especuladores». O senador citou como exemplo a questão da desapropriação, que, segundo o relatório, deve ser paga mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ao preço do mercado atual. «Isto não tem cabimento, é um absurdo, pois inviabiliza qualquer construção de uma obra pública, como um metrô, porque os gastos com desapropriações são incalculáveis», afirmou.

Saúde pode ter sistema único

Um sistema único de saúde no País, preservada a autonomia dos estados e municípios; a obrigatoriedade do poder público disciplinar, controlar e participar da produção e distribuição de medicamentos e a proibição da propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco e bebidas alcoólicas, são as principais propostas na área da saúde aprovadas no anteprojeto final da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que destina um mínimo de 10% do Produto Interno Bruto do País a despesas com saúde.

O resultado final, porém, não agradou à esquerda, que defendia a estatização total do sistema de saúde.

Egídio inclui no parecer as diretas em 88

O Palácio do Planalto e a esquerda peemedebista passam esta semana para o segundo round em torno da fixação do mandato do presidente José Sarney. O relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) a despeito das pressões palacianas irá incluir em seu parecer, na parte das disposições transitórias, a convocação de eleições presidenciais em 15 de novembro de 88.

A questão dos sistemas de governo também será motivo de longas discussões entre os parlamentares de todos os partidos políticos. O relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS) acredita que o sistema neo-parlamentarista aprovado no final de semana «é o modelo mais consensual possível» que encontrou entre adeptos do presidencialismo e do parlamentarismo.

A comissão de Organização dos Poderes ainda terá outros pontos para debater, especialmente as relações entre o Executivo e o Legislativo e as fórmulas constitucionais que permitam o equilíbrio destes dois poderes. Já o relator da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), logrou obter apenas uma vitória em seu polêmico parecer: «Os tribunais militares somente terão poder para julgar os crimes cometidos por militares que sejam de natureza profissional». Ele não conseguiu implementar as mudanças que pretendia, como a instituição de um Tribunal Constitucional e a extinção do Supremo Tribunal Federal.

Brasil poderá ter 31 estados

Os constituintes da Subcomissão dos Estados aprovaram por unanimidade a criação de seis novos estados; a extinção do território de Fernando de Noronha — anexado ao Pernambuco —; e a transformação dos territórios do Amapá e Roraima em estado. A votação foi a mais simples de todas as subcomissões. O consenso prevaleceu, inclusive na apreciação das emendas, já que os seis destaques acolhidos foram integrados ao novo texto pelo próprio relator, deputado Siqueira Campos (PDC-GO).

Outra inovação do anteprojeto diz respeito à criação da Comissão de Redivisão Territorial do país, que terá um prazo de cinco anos — após a promulgação da Constituição — para apresentar estudos e anteprojeto criando novos estados. Estas propostas serão avaliadas pelo Congresso Nacional e as que forem acolhidas terão um prazo de dois anos para a implantação.

Os constituintes aprovaram ainda, por unanimidade, a realização de um plebiscito no dia 15 de novembro do próximo ano, para saber se os eleitores do atual estado do Rio de Janeiro aprovam ou rejeitam a unificação dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. O relator, Siqueira Campos, explicou que no caso de rejeição as unidades serão desmembradas imediatamente.